

CAPITAL SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SOCIAL CAPITAL, PUBLIC POLICY AND REGIONAL DEVELOPMENT

Everton Santos¹
Jucelaine Bitarello²
Sandra Montardo³
Valdir Pedde⁴

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal compreender os mecanismos que permitem aos governos locais realizarem seus propósitos, como construir estradas, educar as crianças ou mesmo promover o desenvolvimento de maneira satisfatória. Para tanto, a partir da revisão da bibliografia especializada, construímos uma episteme que possibilite compreender o desempenho do Estado em suas implicações institucionais formais em si (neoinstitucionalismo), bem como suas implicações com os padrões valorativos (cultura política) que deem sustentação a estas (“os circuitos endógenos de mútua determinação”). Assim, o conceito de capital social (CS) constitui-se na referência central deste artigo, pois pode, sinergeticamente, aliado às instituições políticas, favorecer o desempenho das estruturas do Estado e, conseqüentemente, das políticas governamentais - essa é nossa hipótese de trabalho. A metodologia utiliza os resultados de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional/ CPP Feevale de 2007 e do projeto de pesquisa “Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste”, aplicada em 2004.

Palavras-Chave: Capital Social. Instituições. Cultura. Política.

Abstract: This article has as main objective to understand the mechanisms that allow local governments to achieve their purposes, how to build roads, educate children or even promote the development in a satisfactory way. For that, after reviewing the relevant bibliography, we construct an episteme that allows understand the performance of the State in its formal institutional implications itself (neo-institutionalism) and its implications with the value patterns (policy culture) that support those ones (“endogenous circuits of mutual determination”). Thus, the concept of social capital (SC), constitutes the central reference of this article, therefore, it can synergistically be combined to policy institutions, promote the performance of state structures and consequently, of the government policy, this is our working hypothesis. The methodology used gathers the results from the Research Group on Regional Development: the importance of social capital in regional development in the Northeast COREDE, applied in 2004.

Keywords: Social capital. Institutions. Culture. Policy.

¹ Doutor em Ciência Política pela UFRGS, professor e pesquisador na Universidade Feevale no mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade. Professor Adjunto na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) no ensino de Graduação em Ciência Política e Pós-graduação. *E-mail:* Evertons@feevale.br

² É Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC, atualmente é professora adjunta na Universidade Feevale. *E-mail:* jbitarello@feevale.br

³ Doutora em Comunicação Social pela PUC-RS, atualmente é professora e pesquisadora na Universidade Feevale no mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade e membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura. *E-mail:* Sandramontardo@feevale.br

⁴ Doutor em Antropologia pela UFRGS, atualmente é professor titular e pesquisador na Universidade Feevale no mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade e membro do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional. *E-mail:* valpe@feevale.br

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, assistimos a um avanço político institucional inegável no país. De uma maneira geral, as eleições tornaram-se rotineiras e as liberdades políticas de organização e participação têm adquirido uma importância central nessas sociedades. Todavia, nem sempre esses avanços políticos institucionais significaram melhora efetiva e progressiva das condições de vida dos brasileiros. Convivendo majoritariamente com os partidos, o parlamento, as eleições, os governantes no Brasil têm-se deparado com uma demanda crescente da sociedade sobre as instituições do Estado e de suas políticas públicas. Esse é um fenômeno típico de sociedades democráticas, em que as “comportas” que represavam a pressão social sobre o Estado, durante os tempos pretéritos do autoritarismo, foram abertas.

Dessa forma, uma das grandes questões colocadas ao Estado, neste início de século, é exatamente sobre sua eficiência e capacidade em atender às demandas provenientes da sociedade. Isso nos remete diretamente às relações entre Estado e sociedade, buscando identificar: quais as variáveis que podem determinar um desempenho satisfatório das instituições do Estado ou mesmo de suas frações, como estados, prefeituras e conselhos regionais? Sob que condições políticas institucionais ou mesmo societárias podemos ter um bom desempenho dos governos?

Buscando responder a esses questionamentos, o objetivo deste artigo é analisar as razões que determinam o desempenho institucional no caso brasileiro, especialmente, no Rio Grande do Sul. Ou seja, os mecanismos que permitem aos governos realizar seus propósitos, como construir estradas, promover a saúde, educar as crianças, promover o desenvolvimento. Que fatores podem estar determinando o melhor ou o pior desempenho das instituições políticas, ou de outra forma, que fatores podem facilitar as ações governamentais? A eficiência de um governo depende das instituições políticas ou da qualidade de seus cidadãos (cultura política)?

As respostas a essas questões são controversas, a bibliografia especializada tem-se bifurcado basicamente em duas vertentes para dar conta de explicar como um governo pode ter um bom desempenho institucional. Há uma vertente teórica chamada, no sentido *lato sensu*, neoinstitucionalista, que dá ênfase, de uma maneira geral, aos aspectos políticos institucionais do Estado. Chama a atenção para o fato de que um bom desempenho de um governo

democrático dependeria da arrumação de suas partes formais, de que instituições podem, sim, influir sobre a sociedade, através da moldura de comportamentos políticos, estimulando ou inibindo os atores políticos. Demonstraremos esse argumento no tópico “**Instituições Políticas como Variável Independente**”.

No segundo tópico, “**Cultura Política como Variável Independente**”, inverteremos o argumento, demonstrando que a cultura política é, sim, um fator determinante do desempenho governamental. Para essa vertente, um bom governo dependeria dos costumes, dos valores de uma sociedade, de suas práticas políticas, que ajudariam as instituições.

No terceiro e último tópico, “**Instituições e Cultura Política. Um Sinergismo Possível**”, demonstraremos que instituições políticas que encontram uma sociedade organizada, horizontalizada e detentora de capital social (CS), portanto, fértil socialmente (sinergismo entre as duas variáveis), possuem melhores condições de obter êxito em seus propósitos.

Este artigo se justifica sob o argumento de que corroborar a hipótese da relação entre CS e desempenho institucional significa demonstrar que o sucesso de reformas políticas está relacionado não somente com a qualidade das leis e instituições, dos governos em implementá-las, mas também da qualidade do tecido social no qual ela é implantada.

A metodologia utilizada recolhe os resultados de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional/CPP Feevale de 2007 e do projeto de pesquisa “Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste”, aplicada em 2004. Ambos os trabalhos foram Surveys aplicados nos COREDES Vale do Rio dos Sinos e Nordeste, totalizando cerca de 1.200 questionários, com erro amostral de 4% e confiança de 95%.

1 INSTITUIÇÕES POLÍTICAS COMO VARIÁVEL INDEPENDENTE

De maneira geral, podemos dizer que a perspectiva neoinstitucionalista como corrente de pensamento tem suas origens remontadas ao século XX, nos Estados Unidos, ressaltando como as instituições podem determinar o comportamento de atores, dos governos, da economia, ou mesmo do desenvolvimento econômico. Todavia, é preciso ter claro que ela não constitui uma corrente de pensamento unificada,

mas açambarca três métodos distintos de análise, segundo Hall e Taylor (2003): o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. Para esses autores, os institucionalistas históricos entendem que a organização institucional da comunidade estrutura os comportamentos, estabelece padrões de interação, definindo, portanto, os resultados finais da ação humana. Para os “históricos”, as instituições são as regras, normas e convenções oficiais. Diferentemente dessa perspectiva, os institucionalistas racionais acreditam em atores políticos que se comportam de maneira utilitária, procurando, através da aplicação da racionalidade e de cálculos estratégicos, maximizar seus ganhos pessoais, levando em conta o comportamento dos outros. Aqui, as instituições são os acordos solidários entre atores que compartilham vantagens. Temos assim uma aposta dos primeiros na estrutura e destes últimos no indivíduo.

Para os institucionalistas sociológicos, as instituições exercem sua influência não somente por especificarem o que fazer, mas, sobretudo, o que se pode imaginar fazer num contexto dado, em outras palavras, o conceito de instituição não se resume às regras e leis, porém ao “sistema de símbolos”, aos “modelos morais” incorporados pelos indivíduos (Hall; Taylor, 2003). Nesse sentido, pensamos que essa concepção neoinstitucionalista está na fronteira, senão no diálogo, com as concepções culturalistas, pois ela quebra com a dicotomia instituições e cultura, dando ênfase, dessa forma, aos comportamentos apreendidos sob o abrigo das instituições. Dessa forma, objetivando dialogar com as teorias “neoinstitucionalistas” e “culturalistas” neste artigo, passamos a dar maior ênfase a essa última corrente, por suas características mais comunicativas e receptivas à cultura.

Em nosso caso específico em tela, o estado do Rio Grande do Sul, torna-se importante essa inflexão teórica para a compreensão do seu processo de desenvolvimento. Assim sendo, as configurações institucionais que o estado teve, ao longo de sua formação, acabaram dando um contorno político para o processo de desenvolvimento local inegável.

Como lembra Siedenberg (2003), é a partir de 1804 que os portugueses promoveram a primeira divisão territorial do Rio Grande do Sul (na época, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul), criando inicialmente quatro municípios, com a finalidade de ocupar estratégica e militarmente a região: Rio Grande, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. Assim, ao longo de sua história política, tivemos outras subdivisões, criando-se 88 municípios no século

XIX e, a partir da segunda metade do século XX, um crescimento vertiginoso dos municípios, chegando a 496.

Essas emancipações podem ser explicadas por duas razões básicas: uma pela necessidade que os governos estaduais tinham de garantir e obter maior representatividade na distribuição dos recursos federais e outra pelas demandas locais, ou seja, pelo crescimento demográfico, pelas necessidades de melhorias na infraestrutura urbana, na qualificação dos serviços públicos (SIEDENBERG, 2003). Nesse sentido, as emancipações geraram situações novas, organizaram as comunidades locais com suas leis orgânicas, aproximando essas comunidades de sua estrutura estatal, canalizando recursos para a região e localidades.

Todavia, no final da década de oitenta, tivemos uma “engenharia política” adicional. Com o processo de redemocratização e, conseqüentemente, com as reformulações constitucionais tanto em nível federal quanto estadual e, portanto, com uma nova dinamização nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, houve a criação de uma legislação favorável à descentralização política regional no estado. A partir de 1994 (no governo Alceu Collares), houve a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (COREDES)⁵. Foram criados, entre outras, com a finalidade de fortalecer a importância econômica do estado no PIB nacional (que estava em decréscimo), induzir diretamente o crescimento econômico, descentralizar as ações políticas e combater as disparidades regionais quanto ao desenvolvimento (SIEDENBERG, 2003).

Entretanto, apesar de os sucessivos governos não aderirem frontalmente à ideia dos Conselhos num primeiro momento, os COREDES resistiram e têm se mostrado, ao longo desses 13 anos, segundo especialistas, muito mais como uma instituição capaz de perceber e indicar demandas das diferentes regiões do que propriamente ser capaz de neutralizar as decisões do mercado global, ou mesmo as macropolíticas econômicas de âmbito federal.

Dessa forma, os novos municípios, os Conselhos de Desenvolvimento Regional, ou seja, essas novas configurações institucionais colaboraram, de alguma forma, para a satisfação dos cidadãos com o desempenho das instituições do Estado, auxiliando na organização e aplicação de recursos. Contudo, não são somente essas variáveis institucionais (conselhos, municípios, leis orgânicas) que concorrem para explicar

⁵ Atualmente, temos um total de 24 COREDES no estado do Rio Grande do Sul.

o desempenho dos governos e o desenvolvimento regional, consequentemente.

Invertendo o polo da determinação e da primazia, Robert Putnam (2000), por exemplo, vai argumentar em defesa da cultura política (comunidade cívica) como fator de determinação do desenvolvimento político, social e econômico de uma região, em detrimento dos aspectos institucionais.

2 CULTURA POLÍTICA COMO VARIÁVEL INDEPENDENTE

Em seu trabalho “Comunidade e Democracia”, Putnam (2000) está preocupado em compreender como alguns dos governos democráticos podem funcionar de maneira satisfatória, uma vez que, na contemporaneidade, as democracias liberais “vitoriosas” com o fim do socialismo real não estão satisfazendo adequadamente as demandas do eleitorado. Então, o autor investiga o que é necessário para o bom funcionamento dos governos democráticos, quais são os pressupostos indispensáveis para que a democracia responda aos desafios contemporâneos. Assim, uma das questões centrais que o autor irá investigar é por que alguns governos democráticos têm um bom desempenho institucional e outros não.

Perseguindo essa questão, o autor analisa vinte anos da história política da Itália, demonstrando que esse país apresenta grande diferença regional tanto ao Norte, em Seveso, por exemplo, quanto ao Sul do país, em Pietraportesa. De uma localidade a outra existe um movimento da modernidade capitalista industrial, em alguns casos, pós-industrial ao sul tradicional e agrícola. Essas diferenças entre esses dois extremos necessitaram da ajuda de reformas políticas para resolver seus problemas de administração pública, posto que, na década de 70, criaram-se diversos governos regionais procurando descentralizar a administração política italiana.

Foram criadas 20 regiões idênticas quanto aos seus poderes, entretanto os desempenhos dessas regiões foram muito diferentes. Como explicar essa diferença? O autor procura testar sua hipótese de que a cultura política, as tradições cívicas é que determinam o desenvolvimento socioeconômico de uma região e, nela, o Capital Social (C.S).

Para Putnam (2000), CS são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como sistemas de participação e associação que estimulam

a cooperação. Quanto maior e mais rico for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior será o volume de CS.

Assim, o autor argumenta, em sua análise das regiões italianas, que se formaram dois sistemas sociais equilibrados na Itália, no norte, de comunidade cívica, um equilíbrio virtuoso, ou seja, cooperação, confiança e reciprocidade. No sul, não cívico, um equilíbrio vicioso de deserção, desconfiança, omissão e exploração. Aplicando essa perspectiva teórica ao caso do Rio Grande do Sul, Bandeira (2003) estabelece uma diferença regional no estado muito semelhante ao que Putnam (2000) fez na Itália. Como uma primeira aproximação, haveria uma diferença entre o “Norte colonial”, cuja matriz é de imigrantes europeus, com existência de pouca escravidão e predomínio do minifúndio. Em contraste, nós teríamos, no “Sul”, uma matriz ibero com o predomínio do latifúndio e o uso extensivo da mão de obra escrava.

No que se refere à primeira região, Bandeira (2003) ressalta que essas zonas coloniais de imigração estão dotadas de mais CS do que as da região sul. Nas primeiras, encontramos uma infinidade de associações recreativas, clubes sociais, sociedades de canto, de atiradores e artísticas, bem como uma intensa vida social colaborativa e cooperativa entre os primeiros colonos que aqui chegaram no século XIX.

Nas áreas de colonização italiana, por exemplo, também se registra essa cooperação, um grupo fazia a colheita quando um colono estava doente, assim como a conservação da estrada, bem como os acordos para a construção do cemitério, a construção da capela, davam-se por iniciativa dos pequenos proprietários rurais (DE BONI; COSTA, 1979, *apud* BANDEIRA, 2003).

Dentro da matriz teórica do CS, também Monastério (2003) analisa a qualidade das administrações municipais no estado do Rio Grande do Sul. Nas localidades que ele denomina de planalto e serra (utilizando outra divisão territorial, mas referindo-se às zonas de colonização), aparecem (ou apresentam-se) os melhores indicadores de qualidade da administração pública em contraposição às regiões da campanha (Sul). Em sua análise, na região da campanha, há menor formulação legislativa, menos informatização, menos conselhos, gasta-se o mínimo previsto na legislação com saúde e educação, ao passo que, na serra e no planalto, esses indicadores tendem a ser melhores pela dotação de CS.

Nessa perspectiva, há forte inclinação patrimonialista e personalista na região da campanha, no sul do estado, que teve uma tradição ibérica mais notada. Nós temos uma acentuação singular enérgica do

afetivo, do irracional, do passional, ou antes, uma atrofia das qualidades como ordenadores, disciplinadores e racionalizadores (HOLANDA, 1981, *apud* BANDEIRA, 2003). Somadas a esse traço, as longínquas distâncias entre os agrupamentos, as escassas instituições de solidariedade social, de cooperação, pois o que temos de costume solidário entre vizinhos é provenientes de impulsos da afetividade e da delicadeza moral, não da solidariedade que visa a obter uma utilidade comum (VIANNA, 1999, *apud* BANDEIRA, 2003)⁶.

Boschi (1999), comparando duas capitais brasileiras, Belo Horizonte e Salvador, no que diz respeito às suas experiências de governança, ou seja, na transparência na formulação e eficácia de políticas públicas, argumenta que a principal diferença entre elas está relacionada à existência de CS, de que, no primeiro caso, nós temos mais estruturas horizontais e CS, que ajudam a reduzir as práticas clientelísticas e centralizadas de administração, ao passo que, em Salvador, essas práticas são muito mais abundantes e, portanto, deletérias à administração local, onde nós temos menos CS e estruturas horizontais de organização.

Todavia, para além dessa divisão dicotômica entre norte e sul aqui no estado, incorporamos, neste artigo, a divisão regional proposta por Bandeira (2003), que divide o estado em três macrorregiões: Norte, Nordeste e Sul. No Sul, temos uma base predominantemente agrícola, formada pelos vales dos rios Jacuí e Ibicuí, onde temos a grande propriedade rural, a pecuária e a lavoura de arroz. Ao norte, compreendendo as áreas do planalto e do Alto Uruguai, há a prevalência da pequena e média propriedade, com lavouras mecanizadas do trigo e da soja. No Nordeste, nós temos uma bifurcação, um Nordeste 1, que corresponde à região metropolitana pelo eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e por áreas situadas no seu entorno, e Nordeste 2, correspondendo às áreas mais antigas de colonização do estado, a região da serra. Tanto as regiões Norte quanto Nordeste 2 são aquelas mais marcadas pela imigração europeia, bem como pesquisas recentes mais dotadas de CS, ao passo que as regiões Sul e Nordeste 1 seriam aquelas com menos dotações de CS (BANDEIRA, 2003).⁷

⁶ É importante ressaltar que há estudos sobre o sul do estado que não autorizam uma visão estanque e caricata entre norte e sul, no sentido de esse último constituir-se num “deserto social”, existiriam formas de sociabilidade nas maiores cidades do sul. Na virada do século XX, Bagé é um exemplo dessa proliferação associativista (Bandeira, 2003).

⁷ Contudo, é importante ressaltar que, na região metropolitana, nós temos cidades de imigração alemã forte no estado, como São Leopoldo e Novo Hamburgo.

3 INSTITUIÇÕES E CULTURA POLÍTICA. UM SINERGISMO POSSÍVEL

Dessa maneira, essa proposição de cultura política, portanto, da importância do CS tanto para explicar o desempenho institucional de uma região, segundo Putnam (2000); Bandeira (2001); Monastério (2003) e Boschi (1999), constituem-se em importantes variáveis para explicar o desenvolvimento econômico e o desempenho das instituições, como acompanhamos. Contudo, pensamos que elas não podem ser compreendidas separadamente, mas devem ser integradas numa perspectiva sinérgica que combine instituições e cultura política, como “circuitos endógenos de mútua determinação”.

Pensamos como Przeworski (2005), isto é, que, muito embora haja de fato uma contribuição significativa para as Ciências Sociais dessas perspectivas teóricas, a procura de uma determinação primordial para o desenvolvimento e, particularmente aqui, para o desempenho institucional, seja um equívoco epistemológico.

Não há essa linearidade, as instituições são “endógenas”, argumenta Przeworski (2005), isso significa dizer que “[...] nada pode ser a causa primordial. As instituições não são uma causa mais profunda [exógena] podem determinar a provisão de fatores e seus usos, mas estes fatores [...] afetam o crescimento e a ulterior prosperidade, que por seu turno afeta a evolução das instituições” (PRZEWORSKI, 2005, p.76).

Quem criou as instituições? Elas certamente não se criaram sozinhas, além do que essas instituições podem ter efeitos diferentes, dependendo do contexto. O que o autor está chamando a atenção é para o fato de que as instituições são mutuamente interdependentes e evoluem conjuntamente com as dinâmicas sociais. Como exemplifica Przeworski (2005), imaginemos a criação de instituições que preservem o poder dos poderosos, essas instituições não são autônomas, mas condicionadas pelo contexto em que estão inseridas e que foram criadas, no caso, “pelos poderosos”. Da mesma forma, podemos pensar na comunidade cívica em Putnam (2000), na determinação do desempenho das instituições. Se é a cultura política que determina o grau de desenvolvimento de uma região, então, determinadamente algumas regiões estariam fadadas ao subdesenvolvimento perpetuamente. Mas não, o próprio Putnam (2000) reconhece que a reforma institucional na Itália contemporânea melhorou, em geral, o desempenho das diferentes regiões, muito

embora mais naquelas com maiores dotações de CS.

Então, as instituições não deixam de apresentar uma importância fundamental para o desenvolvimento e para o próprio desempenho dos governos. Dito isso, deparamo-nos com a dificuldade de estabelecer a “estrutura causal” sobre o desempenho dos governos. Seria a variável instituições ou a variável cultura política que determina o desempenho satisfatório dos governos? A solução para a dicotomia de quem veio primeiro parece não contribuir efetivamente para a solução do problema da eficiência das organizações.

Seguindo a sugestão de Przeworski (2005), optamos por compreender essas diferentes variáveis como “circuitos endógenos de mútua determinação e reforçamento”. Nessa perspectiva, abrindo mão de buscar identificar o que é endógeno ou exógeno ou o que determina o que no desempenho dos governos, optamos por identificar apenas seus recíprocos impactos na sociedade, num modelo mais flexível que combine um sinergismo possível entre instituições e cultura política. Aqui, certamente, seguimos Weber, para quem não há monocausalidade para os fenômenos sociais, cabendo à atitude científica buscar mensurar essas impactantes variáveis para o desempenho institucional.

A partir do exposto e no intuito de mensurarmos o impacto das determinações legais nos COREDES do Vale do Sinos e Nordeste, analisamos as dotações orçamentárias nessas regiões a partir das cidades que as compõem e o grau de satisfação de seus usuários em relação aos serviços básicos prestados pelo Estado.⁸

É importante lembrar que o COREDE do Vale do Sinos se localiza na megalópole portoalegrense, onde a concentração de pessoas é significativamente maior, atingindo 1.328.991 habitantes, diferente do COREDE Nordeste, que tem um contingente populacional de 133.827 habitantes e representa 10% da população do Vale do Sinos. Essa explanação se torna necessária para que se contextualizem os ambientes de estudo, uma vez que esse comparativo não está baseado em gastos totais, e sim em gastos *per capita*.

No **Quadro 1**, podemos observar os gastos com educação, saúde, obras, esporte, lazer, cultura e

segurança, bem como o total dos gastos dos COREDES em 2006. Muito embora a quantia dos gastos totais seja discrepante entre os COREDES (apenas \$ 171.771.940,83 de gastos no Nordeste contra \$ 1.099.110.966,13 no Vale do Rio dos Sinos) devido a suas receitas e populações diferentes também, observamos que os dois principais gastos estão relacionados com a **educação** e a **saúde**, isso porque, conforme o artigo 212 da Constituição Federal, os municípios devem aplicar anualmente “vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

	Nordeste (R\$)	Vale do Sinos
1 Educação	43.420.426,43	R\$ 338.428.413,16
2 Saúde	32.455.300,07	R\$ 230.535.811,82
3 Obras	5.623.562,46	R\$ 116.249.944,04
4 Esporte, lazer e cultura	2.876.525,59	R\$ 14.708.605,83
5 Segurança	140.602,56	R\$ 6.400.434,82
Gasto total 100% (incluindo outros setores):	171.771.940,83	R\$ 1.099.110.966,13
Número de Habitantes	133.827	1.328.991

Quadro 1 Gastos comparativos por área no COREDE Vale do Sinos e Nordeste 2006.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE) e a Fundação de Economia e Estatística (FEE).

No caso da saúde, de acordo com a Emenda Constitucional 29, de 13 de setembro de 2000, os municípios devem aplicar 15% do produto da arrecadação dos impostos, como forma de garantir os recursos mínimos destinados a essa área. Assim, a saúde vem em segundo lugar nos gastos nas regiões, depois da educação. Destacamos que se trata de recursos mínimos, não impedindo os executivos de destinarem percentuais superiores nas leis orçamentárias, essa deliberação também se estende para os gastos com educação. Na sequência de investimentos, nós temos os gastos em Obras, Esporte, Lazer e Cultura e, por último, Segurança.

No intuito de dar uma melhor inteligibilidade a esses dados, dividimos os gastos totais pelo número de habitantes de cada região, para podermos visualizar o quanto cada COREDE investe em seus habitantes nas diferentes áreas. Esses apontamentos estão no **Quadro 2**.

⁸ O COREDE Vale do Rio dos Sinos possui uma área territorial de 1.398,5 km² e é composto por 14 municípios (Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul). O Corede Nordeste abrange uma área de 9.063,6 km² e sua divisão política conta com 23 municípios (Água Santa, André da Rocha, Barracão, Cacique Doble, Capão Bonito do Sul, Caseiros, Esmeralda, Ibiacá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Muitos Capões, Paim Filho, Pinhal da Serra, Sananduva, Santa Cecília do Sul, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tapejara, Tupanci do Sul e Vila Lângaro).

	2006	2006
COREDES Áreas	Nordeste Gastos p/ habitantes (R\$)	Vale dos Sinos Gastos p/ habitantes (R\$)
1 Educação	324,45	254,65
2 Saúde	242,52	173,47
3 Obras	42,02	87,47
4 Esporte, lazer e cultura	21,49	11,07
5 Segurança	1,05	4,82
Gasto total 100% (incluindo outros setores):	1283,54	827,03

Quadro 2- Gastos comparativos por habitante no COREDE Nordeste e Vale do Rio dos Sinos 2006.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE) e a Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Nesse quadro, observamos que os COREDEs tanto Nordeste quanto do Vale do Rio dos Sinos mantêm os gastos *per capita* maiores com **educação** e **saúde**, seguidos de saneamento básico e habitação (o que equivale a “obras” nas tabelas de gastos), ficando a **segurança** em último lugar em investimentos por habitante, seguindo a tendência já apontada no **Quadro 1**.

Todavia, muito embora o COREDE Nordeste tenha menor receita e menores gastos do que o Vale do Rio dos Sinos (pois ele tem menor população), investe muito mais por habitante. Enquanto no Nordeste um habitante tem, por exemplo, R\$ 324,45 reais destinados à sua educação, no Vale do Rio dos Sinos, essa cifra cai para R\$ 254,65 (uma perda de R\$ 69,8 reais). No Nordeste, investem-se R\$ 242,52 reais em saúde e, no Vale do Rio dos Sinos, essa quantia cai para R\$173,47 reais (uma perda de R\$ 69,05 reais). No esporte, lazer e na cultura, a mesma tendência, apenas na segurança, o Vale do Rio dos Sinos investe mais do que o Nordeste.

Acertadamente, conforme nossa orientação teórica, no COREDE Nordeste, no **Quadro 3**, temos uma avaliação positiva (Boa) superior às avaliações negativas (Ruim) em todas as áreas avaliadas, principalmente, nas duas que recebem destinações orçamentárias especificadas em lei, a **educação** ficou com 73,7% que avaliaram em boa e, na **saúde**, 63,2%. Nas **obras**, aparecem com 54,1% de boa na terceira colocação. Essas três áreas foram as mais bem avaliadas, respectivamente, perfiladas com os maiores investimentos, conforme os gastos investidos por habitante no COREDE Nordeste.

Avaliação de Desempenho por Área	Avaliação Boa	Nordeste Gastos p/ habitante
Educação	73,7%	R\$ 324,45
Saúde	63,2%	R\$ 242,52
Obras ¹	54,1%	R\$ 42,02
Segurança Pública	51,4%	R\$ 1,05
Esporte/Lazer/Cultura	48,3%	R\$ 21,49

Quadro 3 Avaliação de desempenho do COREDE Nordeste e gastos por habitante.

Fonte: Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional CPP/Feevale (2007) e Projeto de Pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Territorial do COREDE Nordeste (2004)

No **Quadro 4**, no COREDE do Vale do Rio dos Sinos, as avaliações positivas (Boa) dessas populações tendencialmente apresentaram percentuais maiores do que as avaliações negativas (Ruim), de modo geral, em todos os setores avaliados, exceto na área da segurança, em que tivemos 13,6% de pessoas que avaliaram em boa, contra 48,2% como ruim (cujos investimentos foram também menores).⁹ Também aqui, as duas áreas com dotações orçamentárias maiores, **educação** e **saúde**, tiveram avaliações positivas melhores do que as negativas (abstraindo-se o erro amostral), ficando a **educação** com 50,1% de avaliação boa (a mais bem avaliada de todas) e, na **saúde**, 28,5% avaliaram em boa, essa última caindo para o penúltimo lugar. Das duas, somente a educação manteve coerência com os investimentos, a saúde despencou, apesar de um investimento de 173,47 por habitante. Apesar de ter a segunda dotação orçamentária, os investimentos em saúde parecem não ter dado conta das demandas da população do COREDE Vale do Rio dos Sinos. Contudo, nas **obras** que receberam o terceiro maior investimento das áreas, ficaram na média, com 47,6% de avaliação boa, tomando a segunda posição na satisfação dessa população, como podemos constatar no **Quadro 4**.

Avaliação de Desempenho por Área	Avaliação Boa	Vale do Sinos Gastos p/ habitante
Educação	50,1%	R\$ 254,65
Obras	47,6%	R\$ 87,47
Esporte/Lazer/Cultura	39,4%	R\$ 11,07
Saúde	28,5%	R\$ 173,47
Segurança Pública	13,6%	R\$ 4,82

Quadro 4 Avaliação de desempenho do COREDE Vale do Sinos e gastos por habitante

Fonte: Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional CPP/Feevale (2007) e Projeto de Pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Territorial do COREDE Nordeste (2004).

⁹ Não colocamos no quadro os percentuais de Ruim, mas a resposta a essa questão de avaliação de desempenho tinha três alternativas: boa, mais ou menos e ruim.

As três primeiras áreas que receberam maiores investimentos no COREDE Nordeste, **educação, saúde e obras**, são as três áreas em que a população está mais satisfeita. No COREDE do Vale do Rio dos Sinos, das três áreas que receberam maior investimento, educação, saúde e obras, somente duas trouxeram resultados positivos com a satisfação da população: **educação e obras**.

No tocante à questão da **segurança**, no COREDE Vale do Rio dos Sinos, essa área está em último lugar, no Nordeste, ela está em penúltimo lugar, porém com uma avaliação boa em 51,4% contra apenas 13,6% do Vale do Rio dos Sinos. Cabe fazer algumas considerações sobre essas diferenças entre as regiões. Por exemplo, diferentemente do COREDE Nordeste, a região do Vale do Rio dos Sinos acolhe três das cidades com maiores índices de criminalidade (homicídio, roubo e furto) do Estado, conforme estudos da Secretaria da Justiça e Segurança, entre os anos de 1997 a 2004 (São Leopoldo, Canoas e Novo Hamburgo) e as demais espalham-se em outras regiões do estado (VIAPIANA; BRUNET, 2007). No Vale do Sinos, tanto as dotações orçamentárias quanto a satisfação dos cidadãos estão em baixa.

Todavia, no caso do COREDE Nordeste, nós temos outro fenômeno. Os dados analisados até o momento demonstram que o nível de satisfação da população do COREDE Nordeste é bastante significativo em todas as áreas analisadas, inclusive na segurança, 51,4% da população avaliou a segurança da região como boa contra apenas 11,6%, como ruim. No COREDE Vale dos Sinos, o percentual de ruim é quase cinco vezes maior do que no Nordeste, chegando a 48,2% contra 13,6% de boa.

Em cidades de menor porte, como é o caso da maioria dos municípios do COREDE Nordeste, pouco industrializadas, o conhecimento das pessoas entre si e seus relacionamentos comunitários podem estar contribuindo na prevenção da criminalidade. Mesmo os percentuais baixos de investimento em segurança não chegam a afetar sobremaneira essa região.¹⁰ Todavia, no Vale do Rio dos Sinos, pelas características contrárias, cidades industrializadas, mais populosas e com laços comunitários “frouxos”, temos indicadores de criminalidade mais significativos e maiores índices de insatisfação com essa área, muito embora, no Vale do Rio dos Sinos, os investimentos em segurança tenham sido maiores do que no Nordeste. A urbanização pode se mostrar deletéria à formação do capital social sob certas condições (PUTNAM, 1996).

Os dados evidenciam a importância do volume de investimentos em si e dos previstos em lei, que, aplicados de igual forma em ambos os COREDEs, como vimos, produziram certos resultados, alguns iguais, outros diferentes.

Percebe-se que, no COREDE Nordeste, a população recebeu mais investimentos *per capita* do que no COREDE do Vale do Rio dos Sinos. Aquela região, por sua vez, também manifestou maior satisfação com as instituições prestadoras de serviço do que esta. O número menor de habitantes, somado ao investimento *per capita* maior no Nordeste, parece explicar em parte esse fenômeno. Contudo, ainda permanece uma outra questão: o investimento público é a única variável que explica os níveis de satisfação com os serviços prestados pelo Estado no Nordeste? Se a dotação orçamentária ajuda na compreensão de parte desse fenômeno, por outro lado, não ajuda explicar que a saúde, com a terceira dotação *per capita* no COREDE do Vale do Rio dos Sinos, obteve o penúltimo lugar na satisfação da população. Também a questão da segurança pública. Evidentemente que o município não tem uma responsabilização direta pela questão da segurança e não poderíamos querer uma relação entre os parcos investimentos de ambos os COREDEs com a satisfação com essa área. Todavia, procurando evitar a monocausalidade, pensamos que, para além do investimento dos respectivos orçamentos nas regiões, a qualidade do tecido social em que eles são aplicados ajuda a explicar os níveis de satisfação dessas populações, ou seja, o desempenho dos serviços públicos prestados tanto no Nordeste quanto no Vale do Rio dos Sinos guarda relação com os níveis de capital social que temos nessas regiões, permitindo um melhor funcionamento das instituições prestadoras de serviços públicos.

Sendo assim, torna-se importante verificarmos os níveis de capital social comparativamente entre as regiões, ou seja, os níveis de confiança interpessoal e sua relação com o funcionamento das instituições.

No **Quadro 5**, podemos observar que os índices de capital social na região do COREDE Nordeste apresentaram um índice de 71,6% de médio e 5,8% de alto, contra 33,8% de médio e 0,8% de alto na região do COREDE do Vale do Rio dos Sinos. Claramente, no Nordeste, há o predomínio de maior capital social entre seus habitantes do que no Vale do Rio dos Sinos.

¹⁰ É importante lembrar que é do estado e não dos municípios ou das regiões a responsabilidade com a segurança. Entretanto, os municípios têm cada vez mais discutido e pensado sua participação nessa área.

	COREDE Nordeste		COREDE Vale do Sinos	
Alto	35	5,8%	5	0,8%
Médio	434	71,6%	203	33,8%
Baixo	137	22,6%	392	65,3%
Total	606	100%	600	100%

Quadro 5 Índice de Capital Social (ICS) COREDE nordeste e Vale do Sinos¹¹

Fonte: Projeto de Pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste e Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional/CPP Feevale. Total: 1.206

A título de ilustração, no **Quadro 6**, temos uma das questões que compõe nosso índice de capital social, em que perguntamos sobre a participação em grupos ou organizações. Observamos que mais da metade da população do COREDE Nordeste participa de algum grupo ou organização (56,3%), contra apenas 18,4% da região do Vale do Rio dos Sinos.

	COREDE Nordeste		COREDE Vale do Sinos	
	FQ	V. P.	FQ	V. P.
Sim	337	56,3%	110	18,4%
Não	262	43,7%	489	81,6%
Total	599	100%	599	100%

Quadro 6 - Participação em grupos ou organizações

Fonte: Projeto de Pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste e Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional/CPP Feevale. Total: 1.198

¹¹ Esse Índice de Capital Social (ICS) foi construído de forma idêntica para os dois COREDES a partir da seleção de nove questões relativas ao capital social, são elas: “Em termos gerais, o senhor diria que se pode confiar nas pessoas ou não se pode confiar nas pessoas?” Sim (peso 2), Não (peso 0); “Gostaria de saber se o senhor confia muito (peso 2), pouco (peso 1) ou não confia (peso 0) na: igreja, família, vizinhos, associações comunitárias, sindicatos?” “O senhor costuma participar de: partidos políticos, reuniões políticas, comícios, associações comunitárias, associações religiosas, associações sindicais, conselhos populares, ONG’s, orçamento participativo, abaixo assinados, manifestações ou protestos, greves, ocupação de terrenos ou prédios públicos, outros” Sim (peso 2), Não (peso 0); “Nos últimos anos, o senhor tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas? Sim (peso 2), Não (peso 0); “Dentre os grupos que eu vou mencionar, quais deles existem no seu bairro: grupo político, grupo ou associação cultural, grupo educacional, grupo esportivo, grupo de jovens, ONG ou grupo cívico, grupo baseado na comunidade étnica, grupos de mulheres, outro” Sim (peso 2), Não (peso 0); “Atualmente o senhor participa de algum grupo ou organização?” Sim (peso 2), Não (peso 0); “Se precisasse viajar por um ou dois dias, o senhor poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa e/ou filhos?” Sim (peso 2), Provavelmente (peso 1), Não (peso 0); “Em uma situação de emergência como a doença de um familiar ou perda de emprego, o senhor receberia ajuda:” familiares (peso 0), vizinhos (peso 2), colegas de trabalho (peso 2); “Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas do seu bairro, o senhor contribui pra este projeto?” Sim (peso 2), Não (peso 0)”. Esse índice está ancorado teoricamente no conceito de capital social de Putnam (2000), para quem relações de confiança interpessoal são indicadores da existência de capital social em uma sociedade.

Procuramos medir os níveis de solidariedade entre as regiões, o COREDE Nordeste surpreende positivamente, 61,4% das pessoas responderam que, nos últimos anos, tentaram resolver algum problema local associadas à outras, enquanto praticamente a metade, 32,5% dos entrevistados no COREDE Vale do Rio dos Sinos tentaram resolver algum problema com a ajuda da comunidade. Ou seja, uma queda significativa no Vale do Rio dos Sinos.

Quando cruzamos os índices de capital social com a avaliação de desempenho (boa) nas diferentes áreas no COREDE Nordeste, temos a seguinte constatação. Quanto maior é o índice de capital social, melhor é a avaliação que essas populações fazem dos serviços públicos nas regiões. Ou seja, segundo a opinião dessas pessoas, melhores são os serviços prestados. Se 66,4% das pessoas categorizadas no nível baixo de capital social avaliaram em boa a educação no seu município, esse percentual cresce para 80%, quando os níveis de capital social também crescem. No mesmo caso, na saúde, 54% das pessoas no nível baixo de capital social avaliaram em boa a saúde em seu município e, no nível alto, esse percentual sobe para 73,5%. Como podemos constatar no **Quadro 07**, há uma tendência em aumentar os percentuais de avaliação boa conforme se aumenta o capital social. Todavia, permanece uma questão: de fato há uma relação entre capital social e avaliação de desempenho nas diferentes áreas investigadas?

Avaliação de Desempenho por Área (Avaliação Boa)	Índice de Capital Social		
	Baixo	Médio	Alto
Educação*	66,4%	72,8%	80%
Saúde*	54%	64%	73,5%
Saneamento	40,1%	45,6%	51,4%
Habitação*	50,4%	61,3%	68,6%
Segurança	51,1%	49,2%	65,7%
Esporte e Lazer*	32,8%	48,7%	57,1%

Quadro 07 COREDE Nordeste

Fonte: Projeto de Pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste.

Nota: Educação N=606/x2=7,988-P.< 0.05; Saúde N=605/x2=10,714-P.< 0.05 Habitação N=604/x2=9,428-P.< 0.05 Esporte e Lazer N=605/x2=18,431-P.< 0.05 Total: 606

Para responder a essa questão, aplicamos os chi-square tests nas seis áreas, em quatro delas, o teste demonstrou que há uma relação significativa entre as variáveis capital social e avaliação boa. São elas: a educação*(x2=7,988-P.< 0.05), a saúde*(x2=10,714-P.< 0.05), a habitação*(x2=9,428-P.< 0.05) e o esporte e lazer*(x2=18,431-P.< 0.05). Somente em duas áreas, segurança e saneamento, não apresentaram relação significativa.

No COREDE Vale do Rio dos Sinos, quando cruzamos os índices de capital social com a avaliação de desempenho (boa) nas diferentes áreas, como fizemos com o COREDE Nordeste, percebemos também a mesma tendência. Quanto maior é o índice de capital social, melhor é a avaliação que essas populações fazem dos serviços prestados na área de saúde (27,8% para 40%), saneamento (45,4% para 60%) segurança (12,5% para 20%) e Esporte e Lazer (33,9% para 60%) nas regiões. Somente na educação e habitação há uma melhora na satisfação quanto aos serviços no nível médio de capital social, caindo ligeiramente no nível alto.

Avaliação de Desempenho por Área (Avaliação Boa)	Índice de Capital Social		
	Baixo	Médio	Alto
Educação	44,9%	54,7%	40%
Saúde	27,8%	27,6%	40%
Saneamento	45,4%	46,3%	60%
Habitação*	40,6%	56,7%	40%
Segurança*	12,5%	15,5%	20%
Esporte e Lazer*	33,9%	39,9%	60%

Quadro 08 COREDE Vale do Rio dos Sinos

Fonte: Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional/CPP FEEVALE.

Nota: Habitação $N=600/x^2=31,104$ - $P.<0.05$; Segurança $N=600/x^2=9,061$ - $P.<0.05$; Esporte e Lazer $N=600/x^2=6,711$ - $P.<0.05$. Total: 600

Aplicando-se o *chi-square tests* nas seis áreas do COREDE do Vale do Rio dos Sinos, na metade delas (em três), o teste demonstrou que há uma relação significativa entre as variáveis capital social e avaliação boa. São elas: a **habitação***, a **segurança*** e o **esporte e lazer***. Portanto, o capital social impacta positivamente nas avaliações dos serviços prestados nessas regiões tanto no COREDE Nordeste como no COREDE do Vale do Rio dos Sinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos demonstrar que instituições políticas que encontram uma sociedade organizada, horizontalizada e detentora de capital social (CS), portanto, fértil socialmente (sinergismo entre as duas variáveis), possuem melhores condições de obter êxito em seus propósitos. Nesse sentido, procuramos dimensionar teoricamente a dotação de CS no Rio Grande do Sul, bem como seu desenho institucional a partir da criação dos COREDEs analisando comparativamente essas duas regiões

gaúchas. Em ambos os COREDEs, como vimos, as dotações orçamentárias das cidades constituíram-se sumamente importantes para a satisfação dessas populações locais, por exemplo, a dotação de 25% na área da educação mostrou-se importante tanto no Nordeste como no Vale do Rio dos Sinos, onde ambas as populações a avaliaram positivamente, muito embora o nordeste esteja mais satisfeito, porque mais detentor de capital social e investimentos por habitante. A saúde, com 15% de destinação orçamentária, foi avaliada positivamente no Nordeste e no Vale do Rio dos Sinos, muito embora, nesse último, tenha ficado empatada tecnicamente com os escores negativos. De qualquer forma, demonstramos que as leis, as dotações impactam positivamente nas regiões. Porém, não somente essas, mas também os índices de capital social são importantes variáveis que ajudam a melhorar o desempenho das instituições, na medida em que melhoram os índices de capital social, melhoram o desempenho das instituições prestadoras de serviços à comunidade, isso porque os serviços são mais bem acessados, demandados, aproveitados por uma sociedade mais organizada. Nesse sentido, o Nordeste mostrou-se como uma região muito favorecida não somente por essa peculiaridade de ser dotada de melhores índices de capital social, como também por receber melhores dotações orçamentárias por habitante, assim, seus níveis de satisfação são melhores lá do que aqui no Vale do Rio dos Sinos.

Todavia, a partir do exposto, dois pontos precisam ser discutidos: o primeiro diz respeito à não intucionalização de destinações orçamentárias para a segurança pública, da mesma forma que acontece com a saúde e a educação. Em algumas discussões parlamentares e de governos estaduais, foram pautas de discussões a criação de percentuais orçamentários à segurança pública, da mesma forma como a educação e a saúde, que recebem verbas específicas, também poderíamos ter para essa área. O caso do COREDE do Vale do Rio dos Sinos tem indicado uma insatisfação significativa com a **segurança**, já o Nordeste, com **esporte, lazer e a cultura**. Também, para além das questões orçamentárias, pensarmos em políticas públicas que incentivem a criação de capital social nos COREDEs, quer seja através de criação de espaços de lazer ou formas alternativas de participação comunitária, em que haja a promoção do “encontro”, da composição do tecido social, uma vez que identificamos esse capital social como uma variável importante que pode, sinergicamente, aliada às instituições, promover uma melhora do desempenho das instituições do Estado através da colaboração com suas iniciativas.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Pedro S. Algumas Hipóteses sobre as Causas das Diferenças Regionais quanto ao Capital Social no Rio Grande do Sul. In: Correa, Silvio Marcus de Souza. **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, RS:Edunisc, 2003, p. 15-59.
- BOSCHI, Renato R. Descentralização, Clientelismo e Capital Social na Governança Urbana: Comparando Belo Horizonte e Salvador. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, 1999, p. 655-690.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 jan. 2008.
- _____. Emenda Consitucional 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm> Acesso em: 10 jan. 2008.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. **As três Versões do neo-institucionalismo**. Revista Lua Nova, Água Branca, 2003.
- MONASTERIO, Leandro Monteiro. Medindo o Capital Social: Uma análise das Regiões do Rio Grande do Sul. In: Correa, Silvio Marcus de Souza. **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2003, p. 61-84.
- PRZEWORSKI, Adam. As instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? **Novos Estudos Cebrap**. n. 72, p. 59-77, jul. 2005.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2000.
- SIEDENBERG, Dieter R. Condicionantes político-administrativos do desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul - A Experiência dos COREDES. In: Wittmann, Milton Luiz e Ramos, Marília Patta. **Desenvolvimento Regional. Capital Social, Redes e Planejamento**. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2004, p. 135-158.
- VIAPIANA, Luiz T.; BRUNET Julio F. G. **Contra a Corrente: Evolução recente e desafios da Criminalidade no RS**. Porto Alegre, RS:AGE, 2007.